



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SAPUCAIA DO SUL

Aos 04 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000888-74.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidas pelo Juíza Titular Neusa Líbera Lodi, pelo Diretor de Secretaria Jose Antonio Mazzillo Junior e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 03.11.2005

Data da última correição realizada: 23.04.2015

Data da Implantação do PJe: 27.06.2014

Jurisdição: Sapucaia do Sul.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 04.04.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Neusa Líbera Lodi	Juíza Titular	19.07.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Viamão pertence à 58ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende duas vagas de zoneamento, ocupadas pela Juíza Gabriela Lenz de Lacerda e Juíza Bárbara Fagundes.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado



	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Neusa Líbera Lodi	Desde 19.07.2012	Juíza Titular	03 anos, 08 meses e 16 dias
2	Bernarda Núbia Toldo (Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul)	22.06 a 29.06.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular.	
3	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	10.01 a 18.01.2015	Atuou em virtude de afastamento da Juíza Titular conforme PA nº 8138-32.2014.5.04.0000 (sem pauta).	
4	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta Zoneada)	01.06 a 14.06.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular.	
5	Patrícia Bley Heim (Juíza do Trabalho Substituta)	15.06 a 21.06.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular.	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Bernarda Núbia Toldo	Afastamento autorizado, conforme PA nº 8138- 32.2014.5.04.0000	10.01 a 18.01.2015	09 dias
		Férias	01.06 a 29.06.2015	29 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
--------------	-------	--------	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Jose Antonio Mazzillo Junior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	16.11.2005
2	Jose Carlos Echenique Soares Filho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	31.07.2012
-	Elisangela Leite Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	22.07.2015
3	Elisabete De Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	17.02.2010
4	Carina Melo Wavginiak	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	23.06.2008
5	Alexandre Baldo Mesa Casa	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	17.11.2014
6	Evelise Pinto Reinheimer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	30.06.2015
7	Pablo Mauricio Marini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.11.2009
8	Ademar Waldir Blum	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	14.01.2010

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

* Autorizado o preenchimento da 9ª vaga, condicionado à disponibilidade de cargo vago (PA nº 0001663-26.2015.5.04.0000)-em 27-03-15.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
979,33 processos	751 a 1.000	09 servidores	09 a 10 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa



correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul mostra-se compatível dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Jose Antonio Mazzillo Junior	Curso ou Evento (CURS)	03	09 dias
	Curso Parcial	01	
	PAT- Paternidade	05	
Jose Carlos Echenique Soares Filho	Curso ou Evento (CURS)	02	38 dias
	TEL- TELETRABALHO	36	
Elisangela Leite Rodrigues	-	-	-
Elisabete de Oliveira	-	-	-
Carina Melo Wavginiak	-	-	-
Alexandre Baldo Mesa Casa*	-	-	-
Evelise Pinto Reinheimer Desde 30.06.2015**	LPF- Doença em pessoa da família	10	15 dias
	LTS- Tratamento Saúde	05	
Pablo Mauricio Marini	-	-	-
Ademar Waldir Blum	LTS- Tratamento Saúde	01	01 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

* Servidor Alexandre Baldo Mesa Casa, além de 40 dias de férias fruídas, registra 25 dias de FSSF- Férias servidor sem folha.



** Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	Letícia Stein Vieira	11.07.2013	25.01.2015		Vacância
	Andrea Faria Guedes*	25.08.2014	03.05.2015		Lotação na Central de Mandados de Taquara
	Gelci Rosane Lopes da Silva	19.10.2009	30.09.2015		Lotação na 29ª VT de Porto Alegre para exercer a função comissionada de Secretário de Audiência-FC03

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

*Servidora Analista Judiciário- Área Judiciária- Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal.

2.2.5 Estagiários

A unidade não contou com estagiário no período correccionado.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Neusa Líbera Lodi	-	-	56	56
(Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul)	Bernarda Núbia Toldo	-	-	-	-



(Juíza do Trabalho Substituta)	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	-	-	55,5	55,5
(Juíza do Trabalho Substituta Zoneada)	Bárbara Fagundes	-	12	92	104
(Juíza do Trabalho Substituta)	Patrícia Bley Heim	-	-	40	40

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Jose Antonio Mazzillo Junior	-	10,5	21	31,5
Jose Carlos Echenique Soares Filho	-	-	26	26
Elisangela Leite Rodrigues	-	-	5,5	5,5
Elisabete de Oliveira	-	-	20	20
Carina Melo Wavginiak	-	-	133	133
Alexandre Baldo Mesa Casa	-	-	-	-
Evelise Pinto Reinheimer	-	-	-	-
Pablo Mauricio Marini	-	-	40	40
Ademar Waldir Blum	-	-	45	45

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 01a Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 02a Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67
Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santana do Livramento - 01a Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 01a Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 751 a 1.000 processos por ano	17.819	18.994	20.491	868,26

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)



3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	938	812	-13,43%	874	7,64%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	94	73	-22,34%	82	12,33%
Pendentes de finalização na fase de execução***	973	1.030	5,86%	1.020	-0,97%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	118	34	-71,19%	43	26,47%
Total	2.123	1.949	-8,20%	2.019	3,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

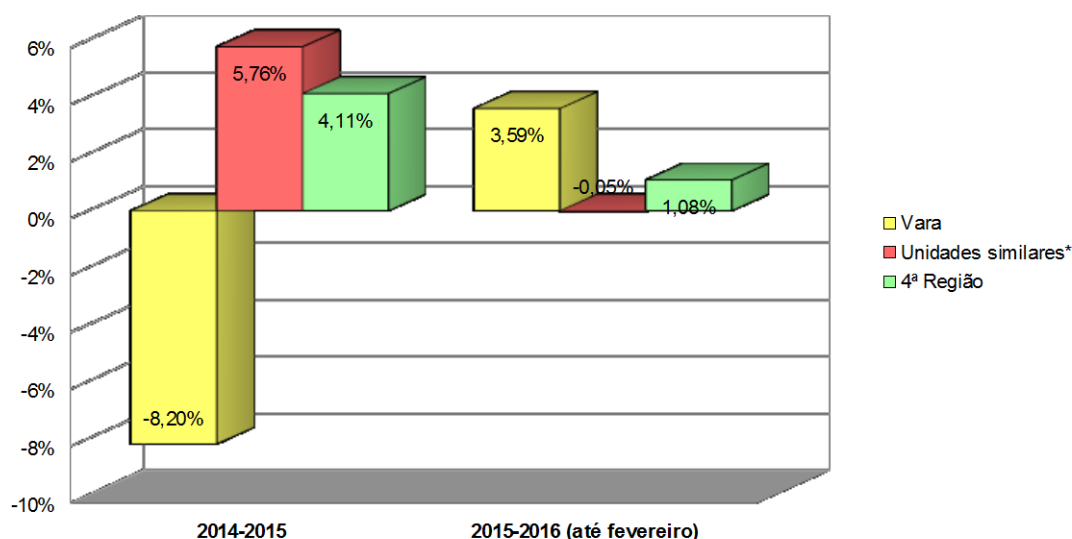
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 8,20% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para a redução desse estoque (redução de 126 processos).

No mês de janeiro de 2016, o estoque de processos tramitando sofreu aumento de 3,59%, índice superior à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo :



Varição do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Casos novos	969	1.012	4,44%	184	-81,82%
Sentenças anuladas/reformadas	23	21	-8,70%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.029	1.146	11,37%	129	-88,74%
Processos pendentes de solução	280	176	-37,14%	238	35,23%

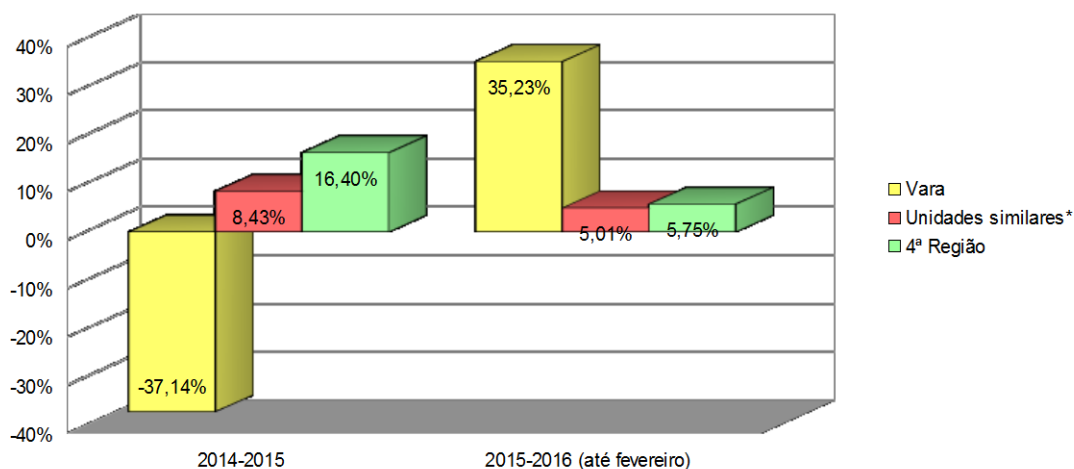
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 37,14% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 280 para 176 processos) – desempenho superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para a redução no estoque foi o aumento no número de processos solucionados (com e sem resolução de mérito) na comparação com o ano de 2014.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, em 31.12.2015, a Unidade não tinha processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	108	66	-38,89%	101	53,03%
Aguardando encerramento da instrução	148	110	-25,68%	134	21,82%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	23	0	-100,00%	3	Não aplicável
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	1	0	-100,00%	0	Não aplicável
TOTAL	280	176	-37,14%	238	35,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	106,19%	113,24%	6,64%	70,11%	-38,09%
Unidades similares*	90,54%	92,94%	2,65%	75,19%	-19,10%



TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%
---------------------	--------	--------	-------	--------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 113,24% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 6,64% em relação ao índice do ano anterior. Além disso, nesse quesito, a Unidade apresentou desempenho superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 20,3%, bem como 24,13% maior que a média geral de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	79,03%	88,70%	12,23%	35,83%	-59,60%
Unidades similares*	64,72%	66,05%	2,06%	20,01%	-69,70%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi de 88,70% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 12,23% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 22,65% superior à média apresentada pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual, bem como 33,50% maior que média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	400	38,87	405	35,34	39	30,23
	Julgado procedente	14	1,36	16	1,4	2	1,55
	Julgado procedente em parte	392	38,1	461	40,23	49	37,98
	Julgado improcedente	164	15,94	176	15,36	27	20,93
	Extinto	2	0,19	3	0,26	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	6	0,58	27	2,36	1	0,78
	Arquivamento (art. 844 CLT)	27	2,62	34	2,97	7	5,43
	Desistência	17	1,65	24	2,09	2	1,55



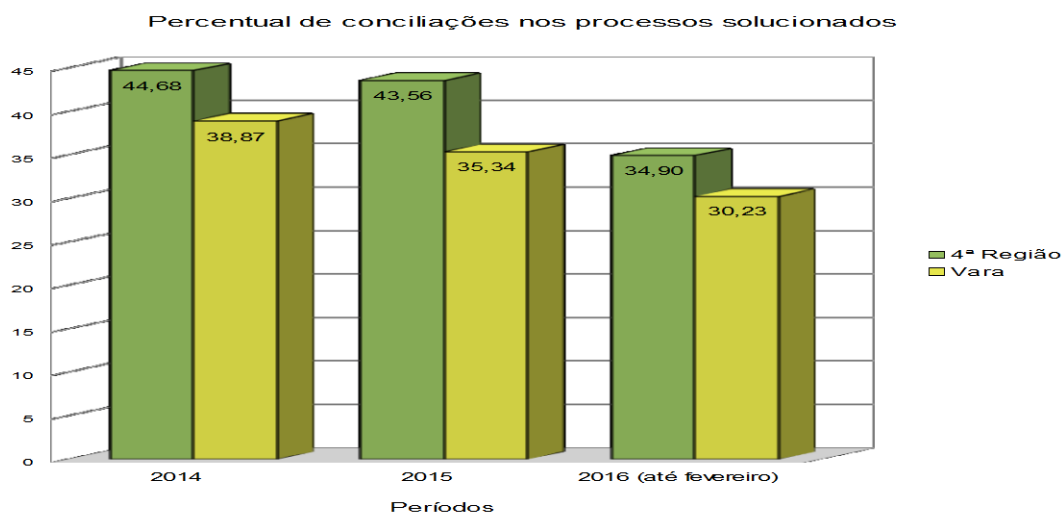
	Outras decisões	7	0,68	0	0	2	1,55
	TOTAL	1.029	100	1.146	100	129	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Verificou-se aumento de 117 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo 11,37%. Esse índice se mostra um pouco superior à média geral de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13%.

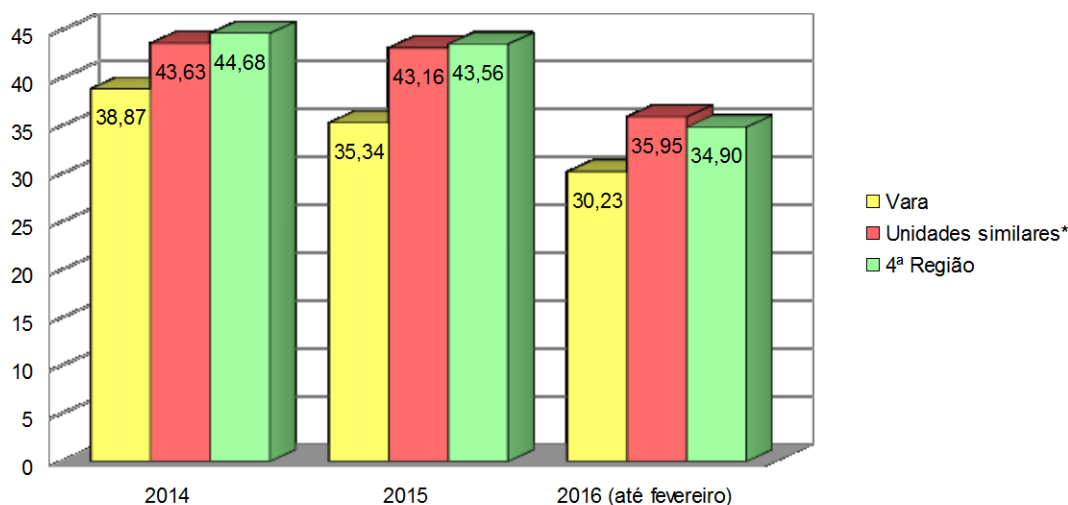
Dentre os tipos de solução, verificou-se um aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 572 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2015, esse número foi de 656 decisões, representando um acréscimo de 14,69%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior à média de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região, que registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra que se manteve praticamente estável o número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 400 processos, representando 38,87% do total de solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 405, correspondendo a 35,34% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue:





Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes do período anterior	70	92	31,43%	72	-21,74%
Iniciadas	214	320	49,53%	29	-90,94%
Encerradas	186	315	69,35%	23	-92,70%
Pendentes	92	72	-21,74%	79	9,72%
Arquivo Provisório	0	0	Não aplicável	0	Não aplicável

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 92, em 2014, para 72, em 2015, importando em uma redução de 21,74%. Esse percentual foi melhor que o índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.329 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

O principal motivo para esse decréscimo foi o aumento do número de liquidações encerradas.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**



Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01.)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	86,92%	98,44%	13,26%	79,31%	-19,43%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	91,59%	-2,48%
TRT4 - 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	79,14%	-10,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 98,44% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 13,26% em relação ao índice do ano anterior. Além disso, nesse quesito, o índice da Unidade foi superior ao desempenho médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 4,52%, bem como à média geral alcançada pelas Unidades do TRT da 4ª Região em 10,04 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	65,49%	76,46%	16,74%	22,77%	-70,22%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	19,79%	-68,23%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	14,52%	-73,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul em 2015 foi de 76,46% do número total de liquidações a encerrar - o que representa aumento de 16,74% em relação ao desempenho verificado no ano anterior. Essa performance foi 14,17% superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 22,16% maior que a média geral apresentada pelas Unidades do TRT da 4ª Região.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	386	477	23,58%	32	-93,29%
	Desarquivadas para prosseguimento	610	197	-67,70%	13	-93,40%

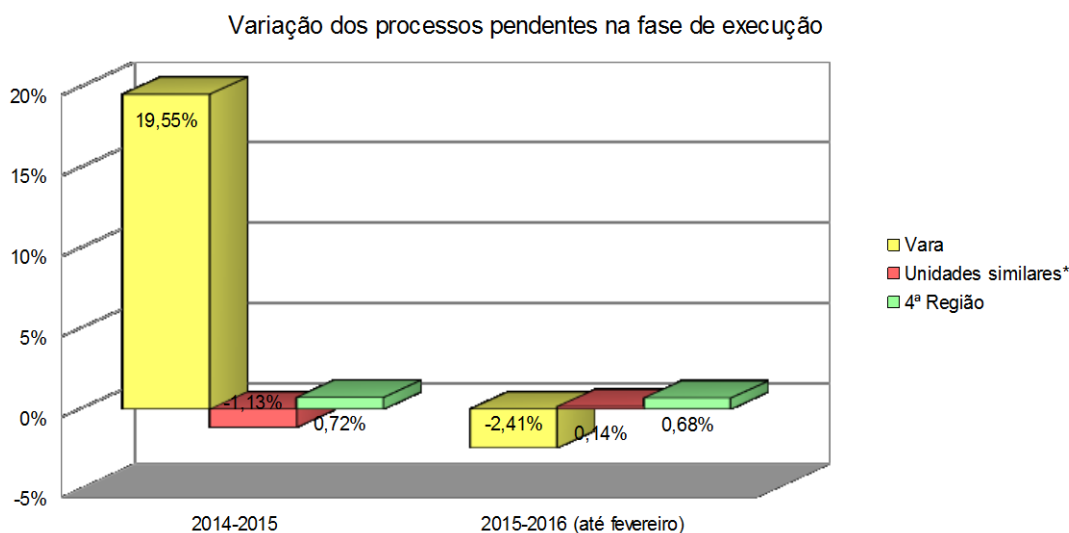


Saídas	Encerradas	296	254	-14,19%	40	-84,25%
	Arquivadas Provisoriamente	77	30	-61,04%	1	-96,67%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	4	6	50,00%	5	-16,67%
	Demais	620	740	19,35%	723	-2,30%
	Total	624	746	19,55%	728	-2,41%
Saldo no arquivo Provisório		458	291	-36,46%	280	-3,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul aumentou de 624 para 746 processos, o que corresponde a uma elevação de 19,55% em relação ao ano anterior. Esse desempenho é inferior à média apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma elevação de apenas 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi o aumento de 23,58% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma redução de 14,19% no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro de 2016 apontam queda de 2,41% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado melhor do que a média regional no mesmo período, em que houve aumento de 0,68%.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	76,68%	53,25%	-30,56%	125,00%	134,74%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	43,68%	-40,63%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 53,25% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 30,56% em relação ao índice verificado no ano anterior. Tal performance, contudo, foi 20,33% inferior ao resultado apresentado pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 26,78% abaixo da média geral das Unidades que compõem o TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 02a Vara	21,20%	16,29%	-23,16%	3,74%	-77,03%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	2,11%	-87,19%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	2,33%	-84,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul em 2015 foi de 16,29% do número total de execuções a encerrar – resultado 23,16% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi bastante similar à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como à média geral do TRT da 4ª Região, com diferenças inferiores a 1 ponto percentual.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	187	173	-7,49%	19	-89,02%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	Não aplicável	0	Não aplicável
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	755	772	2,25%	772	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de SAPUCAIA DO SUL, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 25.02.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	174	168	16	212	215	38	22	11	49
Antecipações de tutela	55	66	4	83	73	9	65	55	16
Impugnações à sentença de liquidação	8	11	2	25	24	9	2	3	9
Embargos à execução	65	56	18	88	80	28	10	7	30
Embargos à arrematação	1	1	1	0	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	10	8	6	16	18	4	0	0	4
Total	313	310	47	424	411	88	99	76	108

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 424 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 35,46% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 32,58% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 310 para 411. Em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 era de 88 processos.

Destaca-se, por fim, que, em 31.01.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 108 processos, sofrendo aumento de 22,73% em relação ao final do período anterior – sendo que os embargos de declaração são a espécie que corresponde a maior parte dos incidentes ainda pendentes (45,37%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que existem processos que foram solucionados pelo Juiz mas que, no sistema informatizado, não tiveram os andamentos apropriados lançados, conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0137600-54.2005.5.04.0292
Situação processual: Apresentados embargos de declaração em 16-2-2015, estes foram apreciados mediante “decisão/despacho”. Assim, verifica-se que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	Processo nº 0001000-26.2005.5.04.0292
Situação processual: Apresentados Embargos de Declaração em 16-2-2015, estes foram apreciados mediante “decisão/despacho”. Assim, verifica-se que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.03.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	71,05	57,92	-18,48%	84,75	46,32%
	Ordinário	119,54	96,11	-19,60%	109,77	14,21%



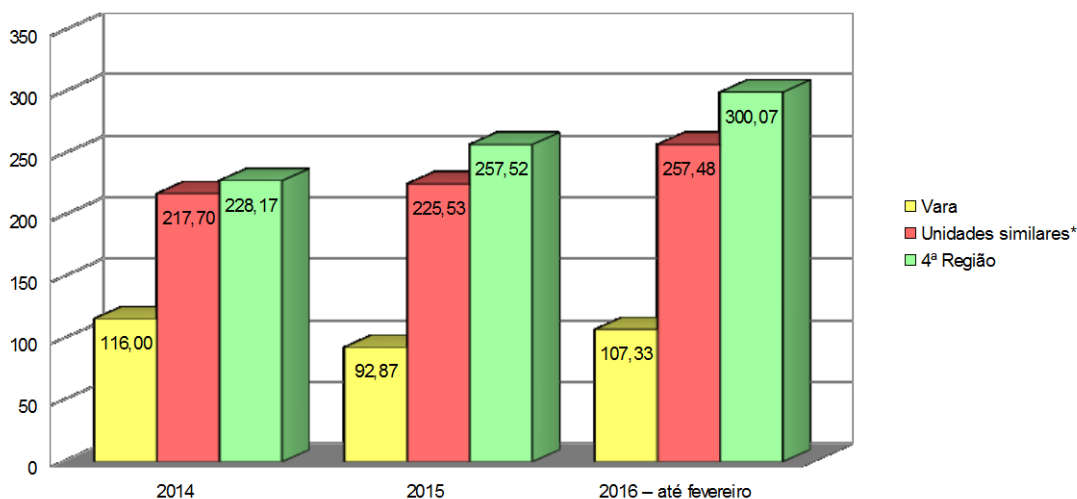
	Total	116,00	92,87	-19,94%	107,33	15,57%
--	--------------	---------------	--------------	----------------	---------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul apresentou uma redução de 19,94%, passando de 116 para 92,87 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio apresentou redução de 18,48% em relação à média do ano anterior, passando de 71,05 para 57,92 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 96,11 dias, desempenho 19,60% superior ao prazo médio observado no ano de 2014.

Da mesma forma, observa-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 58,82% menor (132,66 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 63,94% menor (164,55 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT da 4ª Região, melhorando seu desempenho quando comparado ao do ano de 2014.

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	108	111,11	2,88%	..	Não aplicável
	Ordinário	131,57	114,51	-12,97%	105,85	-7,56%

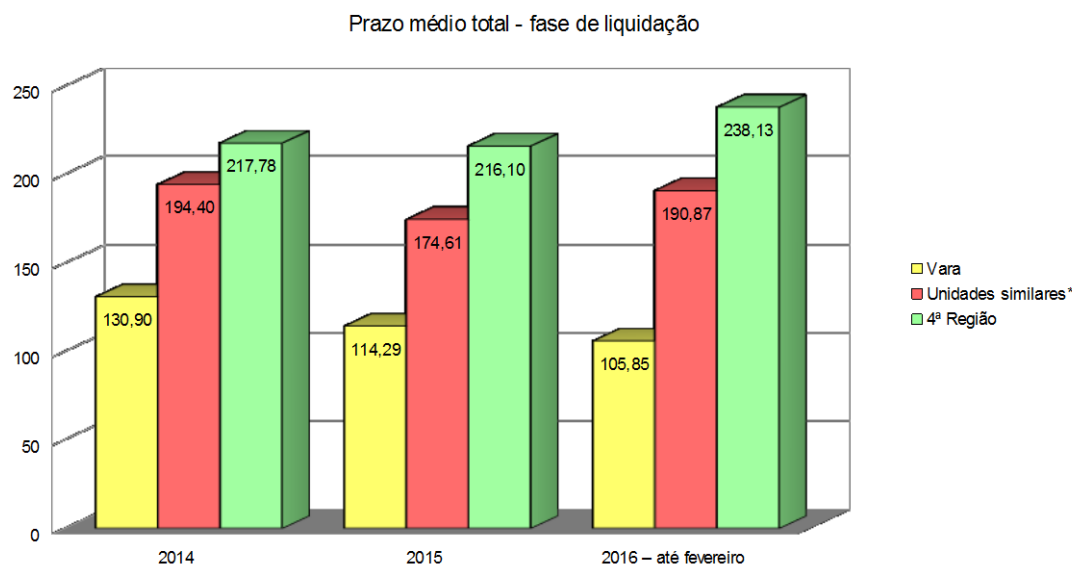


	Total	130,9	114,29	-12,68%	105,85	-7,39%
--	--------------	--------------	---------------	----------------	---------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 111,11 dias, o que equivale a uma elevação de 2,88% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, no entanto, o prazo alcançou a média de 114,51 dias, prazo este 12,97% inferior na comparação com 2014.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 34,54% inferior (60,31 dias) ao de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 47,11% menor (101,80 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	354,24	374,40	5,69%	317,73	-15,14%
	Ente público	374,81	211,32	-43,62%	298,56	41,28%
	Total	356,13	359,26	0,88%	311,57	-13,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

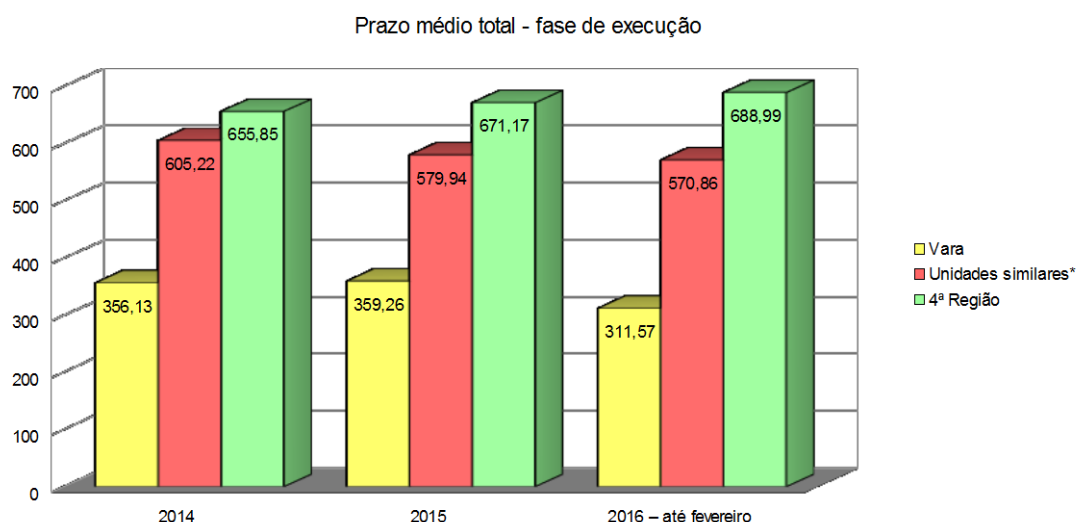
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de



execução, nos processos em que o executado era ente privado, aumentou de 354,24 dias, em 2014, para 374,40 dias, em 2015, indicando um aumento de 5,69% na duração média do tempo execução.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 374,81 dias, em 2014, para 211,32 dias em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi 46,47% menor (311,90 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante semelhante ao verificado em 2014, com prazos médios de execução menores do que os das varas de porte semelhante e do que a média geral da 4ª região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.012	1.146	113,24%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até	Processos distribuídos até	%	Resultado



31.12.2013	31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015		
330	328	99,39%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
475	499	105,05%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
1	1	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	6	4	5	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	5	1	4	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	9	4	8	Meta cumprida
5º	União	5	0	4	Meta cumprida
6º	OI S.A.	0	0	0	Meta cumprida
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	Meta cumprida



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	3	0	2	Meta cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	0	0	0	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	116	92,87	114,84	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
total de acordos	407	400	403,5	405	408	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
184	129	70,11%	Período insuficiente para aferição da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
276	272	98,55%	Indicativo de cumprimento da meta



5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
Total de acordos	407	400	403,5	39	412	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	33,92	33,33	33,63	39,00	34,33	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
32	42	131,25%	Indicativo de cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
0	Meta cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	4	4	3	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	1	1	0	Meta não cumprida



3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	1	3	Meta cumprida
5º	União	0	0	0	Meta cumprida
6º	OI S.A.	0	0	0	Meta cumprida
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	1	0	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	0	0	0	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas, pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	20 (I) 2 (U)	7 (P)	-	-
Tarde	-	2 CPI 7 (P)	7 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 04.04.2016))

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	19.04.2016	-	20.04.2016	-
Una Sumaríssimo	19.04.2016	-	20.04.2016	-
Instrução	19.04.2016	-	04.05.2016	-



Tentativa de acordo em execução				
---------------------------------	--	--	--	--

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 04.04.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	37,43	40	6,85%	46,17	15,44%
	Ordinário	32,26	33,96	5,26%	34,37	1,21%
	Total	32,7	34,49	5,48%	35,36	2,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 37,43 dias, em 2014, para 40 dias, em 2015 (aumento de 6,85%). Ainda, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 32,26 dias, em 2014, para 33,96 dias, em 2015 (elevação de 5,36%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro, são insuficientes para apontar a tendência durante o ano corrente.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	38,73	14,64	-62,20%	32,69	123,33%
	Ordinário	80,92	48,16	-40,48%	77,02	59,92%
	Total	77,52	45,41	-41,42%	72,26	59,13%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo diminuído de 38,73 dias, em 2014, para 14,64 dias, em 2015 (-62,20%). O rito ordinário igualmente registrou redução da média de 80,92 dias em 2014, para 48,16 dias, em 2015 (-40,48%).



6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
BARBARA FAGUNDES	40	34	3	1	78
NEUSA LÍBERA LODI	826	491	86	23	1.426
PATRÍCIA BLEY HEIM	19	16	3	1	39
TOTAL- 04ª - RS	885	541	92	25	1.543

2016 (até 31.01)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
NEUSA LÍBERA LODI	139	71	13	13	236
Total - 04a - RS	139	71	13	13	236

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
BARBARA FAGUNDES	17	26	0	43	-	43
CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO	-	19	0	19	2	21
NEUSA LÍBERA LODI	375	599	3	977	83	1.060
PATRÍCIA BLEY HEIM	13	7	0	20	-	20
Juiz não identificado	-	2	0	2	-	2
TOTAL	405	653	3	1.061	85	1.146

2016 (até 31.01)				
Juiz (a)	Com exame de mérito		Sem exame de mérito	Total de processos



	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	solucionados
NEUSA LÍBERA LODI	39	78	0	117	12	129
Total	39	78	0	117	12	129

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Neusa Líbera Lodi
Total: 1 processo (concluído em 03.02.2016)

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 04.04.2016 50 dias anteriores à data da correção: 14.02.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Procedimento realizado em até 5 dias. Quanto às notificações para a Procuradoria Regional Federal, esta comparece semanalmente na Secretaria para tomar ciência das notificações.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Procedimento realizado em 48 horas. Dependendo da quantidade, pode levar até cinco dias. Conforme informou o Diretor de Secretaria, os precatórios e RPVs são expedidos à medida que surgem, tendo a mesma prioridade que os demais mandados.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Procedimento realizado em até 5 dias.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 20 por dia nos processos físicos e de 30 a 50 por dia nos processos eletrônicos. Nos processos físicos, as petições urgentes são apreciadas no mesmo dia. As demais petições são apreciadas entre 2 e 3 dias. No PJE são apreciadas as petições protocoladas no dia anterior.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Procedimento realizado em até 30 dias. Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo de 11.03.2016 nos processos físicos e de 01.04.16 nos processos eletrônicos.



7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Procedimento realizado semanalmente.

7.7 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento era feito pelo estagiário. Nesse ano ainda não foi feito. Segundo o Diretor de Secretaria, a Secretária de Audiências ficará encarregada do arquivamento enquanto a secretaria não receber outro servidor ou estagiário.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem algumas execuções reunidas. Segundo o Diretor de Secretaria, nos processos reunidos, quando é notório que a execução restará infrutífera, o processo fica sobrestado e não é dado andamento de Extinta a Execução. Por outro lado, quando a execução é promissora, os processos reunidos são encerrados e arquivados sem dívida, prosseguindo toda a execução apenas no processo principal.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando obtido o resultado do bloqueio no Bacen Jud. A retirada do BNDT é feita no momento em que despachada a liberação de valores ao exequente.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFor

	Processo	Prazo
1	0001068-92.2013.5.04.0292	07.03.2016
2	0079700-11.2008.5.04.0292	16.03.2016
3	0074400-68.2008.5.04.0292	18.03.2016
4	0001007-84.2012.5.04.0029	18.03.2016



5	0000182-59.2014.5.04.0292	21.03.2016
---	---------------------------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.04.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Não foram verificados processos em carga com perito com prazo vencido, conforme consulta ao sistema inFor em 04.04.2016.

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 04.04.2016, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição a essa Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 04.04.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **178 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000223-26.2014.5.04.0292
<p>Fase: Conhecimento</p> <p>Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: carta de preposição após procuração da reclamada (fls. 248 - 249) (Art. 67 da CPCr)</p> <p>Ausência de decisão/despacho ou certidão determinando a retirada do processo de pauta. Notificações expedidas (fls. 485/486) às partes para ciência da retirada de pauta do processo sem despacho anterior nesse sentido ou certidão “de ordem” (Artigos. 96 e 130 da CPCr)</p> <p>Despacho não cumprido: despacho proferido em 23.09.2014 (fl. 508), determinando a inclusão do feito em pauta, sem posterior cumprimento ou certidão “de ordem” relativa à reconsideração do despacho anterior. (Art. 141, II, do CPC)</p> <p>Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 532 não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101 da CPCr e art. 169, §1º, do CPC).</p> <p>Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre retorno dos autos do Tribunal e reabertura da instrução processual: após julgamento de recurso ordinário, autos</p>	



recebidos na Secretaria da Vara em 20.04.2015 (fl. 554v), com designação de nova audiência em 08.07.2015 (fl. 557).

Processo sem movimentação há mais de 30 dias: após petição protocolada pelo reclamante em 16.10.2015 (fl. 718), não há movimentação processual.

2 **Processo nº 0003400-13.2005.5.04.0292**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Nada a apontar.

3 **Processo nº 0000699-35.2012.5.04.0292**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: carta de preposição e instrumento de procuração juntados antes do contrato social da reclamada (fls. 107 - 118) (Art. 67 da CPCR).

Retificação inadequada: certidão lançada com equívoco na data (fl. 264v) e inutilizada de forma inadequada (sobreposição) (Art.149 da CPCR).

Movimentação Processual: processo suspenso há mais de um ano em razão de ação judicial com trâmite na esfera cível. Decisão de suspensão proferida em 29.11.2012 (fl. 257). (Art. 265, §5º, do CPC)

4 **Processo nº 0000211-12.2014.5.04.0292**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Termo de juntada com informações incompletas: termos de juntada lançados às fls. 159v, 172v e 228v não mencionam os documentos que acompanham as petições das reclamadas e da reclamante (Art. 101 da CPCR).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: **1)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo recursal das reclamadas em 11.03.2015. **2)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 18.11.2015 (fl. 350) para manifestação das reclamadas acerca do laudo pericial (Art. 95 da CPCR).

Movimentação Processual: Nada a apontar.

5 **Processo nº 0000356-05.2013.5.04.0292 – Sumaríssimo.**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Não observada a ordem cronológica dos atos praticados: **1)** certidão de cálculos (fl. 38) elaborada em 02.08.2013 e juntada aos autos após o mandado de citação (fl. 37) expedido em 06.08.2013. **2)** certidão de cálculos (fl. 66) elaborada em 12.12.2013 e juntada aos autos após os mandados de citação (fl. 64 - 65) expedidos em 17.12.2013.

Ausência de comprovação de ajuste de pagamento parcelado das contribuições previdenciárias: deferido (fl. 133) o pagamento parcelado das contribuições previdenciárias devidas pelo 2º executado, sem a necessária comprovação de ajuste prévio formalizado perante à Secretaria da Receita Federal (Art. 889-A, §1º, da CLT) (Art. 104 da CPCR)

Movimentação Processual - entre preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 26.01.2016 para reclamada comprovar o pagamento do débito remanescente, com certidão correspondente exarada em 24.02.2016 (fl. 170).

6 **Processo nº 0000553-28.2011.5.04.0292**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada antes do ato constitutivo do reclamado (fls. 17-18) (Art. 67 da CPCR).



Ausência de termo de juntada: ausência de termo de juntada da petição protocolada pelo reclamado à fl. 311 (Art. 101 da CPCR).

Não observada a ordem cronológica dos atos praticados: **1)** certidão de cálculos (fl. 331) elaborada em 08.08.2012 e juntada aos autos após o mandado de citação (fl. 330) expedido em 14.08.2012. **2)** certidão de cálculos (fl. 338) elaborada em 12.09.2012 e juntada aos autos após o mandado de citação (fl. 337) expedido em 18.09.2012 **3)** certidão de cálculos (fl. 343) elaborada em 09.10.2012 e juntada aos autos após o mandado de citação (fl. 342) expedido em 16.10.2012.

Ausência de certidão de retificação de autuação: decisão (fl. 403) determinando a inclusão do sócio Gilberto José de Almeida no polo passivo, sem a correspondente certidão exarada na capa dos autos (Art. 75 da CPCR).

Movimentação Processual - entre preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 15.09.2015 para ciência da sentença de embargos (fl. 457), com certidão correspondente exarada em 22.10.2015 (fl. 460)

7

Processo nº 0000649-09.2012.5.04.0292

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Termo de juntada com informações incompletas: termos de juntada lançados às fls. 205v e 208v não mencionam os instrumentos de procuração que acompanham os recursos das partes (Art. 101 da CPCR).

Ausência de termo de juntada quanto à petição de contrarrazões protocolada pelo reclamante às fls. 225 – 233.

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 01.02.2016 para manifestação das partes acerca do interesse em apresentar cálculos de liquidação (Art. 95 da CPCR)

Movimentação Processual – Nada a apontar

8

Processo nº 0000393-95.2014.5.04.0292

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração juntado antes do ato constitutivo do reclamado (fls. 74-80) (Art. 67 da CPCR).

Não observada a ordem cronológica dos atos praticados: certidão de cálculos (fl. 246) elaborada em 20.01.2015 e juntada aos autos após o mandado de citação (fl. 245) expedido em 23.01.2015.

Movimentação Processual – Demora no cumprimento de despacho: despacho (326) proferido em 08.10.2015, determinando a renovação de intimação ao reclamante e ao Perito, com cumprimento em 11.12.2015 (fls. 327 – 328.).

9

Processo nº 0045700-87.2005.5.04.0292

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar

Movimentação Processual – demora no impulso processual – última decisão, determinando a inclusão da executada no BNDT, foi proferida em 13.09.2011. Certidão de cálculos expedida em 26.07.2013, sem prática de ato posterior.

Processo suspenso há mais de um ano: certidão “de ordem”, determinando o aguardo por 180 dias de novos andamentos em processo com trâmite no Juízo cível, exarada em 05.05.2009 (fl. 39). Ordem de aguardo de resposta por 90 dias renovada em 07.04.2011 (fl. 40) e em 22.08.2011 (fl. 42) (Art. 265, § 5º, do CPC).

10

Processo nº 0001001-30.2013.5.04.0292

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração juntado antes do ato constitutivo do reclamado (fls.13 - 16) (Art. 67 da CPCR).

Ausência de certidão exarada nos autos correspondente ao lançamento realizado no Infor:



lançamentos sucessivos de prazo no Infor entre 22.04.2014 e 08.01.2016 referentes ao aguardo de manifestação do reclamante, sem as correspondentes certidões exaradas nos autos (Art. 94 da CPC/2008).

Movimentação Processual – demora no impulso processual: processo suspenso há mais de um ano por decisão adotada em audiência (ata – fl. 27) realizada em 22.04.2014.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 04.03.2016. A grande maioria são “processos suspensos/sobrestados” ou processos pendentes de julgamento de Recurso de Revista, com algumas exceções:

Prática	Exemplos
Registros desatualizados	0000923-70.2012.5.04.0292 05/03/2014 EXPEDIDO OFÍCIO
	Modelo Texto Livre
	Destinatário MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
	Tipo dest. Outros
	Nro. Ofício 119/14
	Prazo (data) 14/04/2014
	Prazo 30 dias
	0000759-76.2010.5.04.0292 09/11/2015 EXPEDIDA NOTIFICAÇÃO
	Modelo Texto Livre
	Destinatário Regis Felker (027212/RS)
	Tipo dest. Adv.Rda.
	Data Disp. D.O. 13/11/2015
	0026400-42.2005.5.04.0292 30/11/2015 EXPEDIDA NOTIFICAÇÃO
	Modelo Texto Livre
	Destinatário Arley Barrios Perez (038656/RS)
Tipo dest. Adv.Rte.	
Data Disp. D.O. 04/12/2015	
0000142-82.2011.5.04.0292 11/12/2015 RECEBIDOS OS AUTOS - DEVOLUÇÃO DE CARGA	
Observação 06 VOLUMES - SEM PETIÇÃO	



8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, o Juiz somente libera o depósito recursal após a citação da reclamada para pagamento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, o Juiz, no caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, primeiramente utiliza os convênios em relação ao sócio (Bacen Jud, Renajud e outros) até localizar bens. Só depois é que o sócio é citado para ciência.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 27.06.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 01.04.2016, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, em 01.04.2016 é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com petições avulsas	05
Com habilitações não lidas	39
Com petições não apreciadas	20
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências (atas assinadas)	33
Mandados devolvidos OJ	8
Pasta (fase de conhecimento- 738 tarefas)	Quantidade de Processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando cumprimento de providência	95
Aguardando apreciação por instância superior	319
Aguardando audiência	159
Aguardando término de prazos	74
Analisar decisão –ConPra	1
Analisar despacho	1
Análise do conhecimento	5
Controle de sobrestamento-Suspensão	2
Controle manual-Prazos pós sentença	13
Minutar decisão	2
Minutar sentença-ED	1
Minutar sentença	11
Prazos vencidos	2
Preparar comunicação	33
Remeter ao 2º grau	10
Triagem inicial	10

Pasta (fase de liquidação – 27 tarefas)	Quantidade de Processos
Aguardando cumprimento de providência – Liq	06
Aguardando término dos prazos	15
Analisar decisão – Liq	1
Análise de liquidação	1
Preparar comunicação	4

Pasta (fase de execução – 201 tarefas)	Quantidade de Processos
Aguardando cumprimento de providência – Exec	72
Aguardando apreciação pela instância superior	1
Aguardando audiência – Exec	3
Aguardando término dos prazos	44
Analisar despacho – Exec	1
Analisar expediente da secretaria	3
Análise da Execução	4
Controle de Sobrestamento – Suspensão	8
Minutar decisão – Exec	2
Minutar despacho – Exec	1



Prazos vencidos	2
-----------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 01.04.2016)

Conforme informou Diretor de Secretaria, e tal como foi constatado no sistema, na data da inspeção, em 04.04.2016, estavam sendo certificados os prazos vencidos do dia 01.04.2016, bem como estavam sendo apreciadas as petições protocoladas no dia anterior.

O trabalho é dividido por tarefa, entre três servidores, à exceção do protocolo - em que o trabalho é dividido por carteiras. As sub pastas são organizadas por data, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade. Disse o Diretor que o trabalho, na fase de execução, é bastante difícil pois o cálculo é lançado no inFor e, após, digitalizado.

Verificou-se boa gestão dos processos eletrônicos, organização das pastas e sub pastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O acervo processual da unidade apresentou um decréscimo de 8,20% de 2014 para 2015.

A execução é responsável pela maior parte desse acervo (52,84%) e vem aumentando paulatinamente: eram **898** processos em 2013, **973** processos em 2014 e **1030** no final de 2015.

Quanto à redução do número de processos em execução, informou o Diretor de Secretaria que, sempre que necessário, os processos nessa fase são incluídos em pauta para tentativa de acordo. O próprio Diretor, dependendo do valor da execução, telefona diretamente para a reclamada propondo o parcelamento da dívida e auxilia a parte a fazer a petição com a proposta de parcelamento, sem a interferência do advogado. Relata que obtém sucesso na grande maioria desses casos.

Da análise dos dados disponibilizados a essa Vice-Corregedoria, foi possível constatar que, muito embora o número de casos novos venha aumentando ano a ano (**939** casos em 2013, **969** em 2014 e **1012** casos em 2015), houve decréscimo no número de processos pendentes de solução na unidade, o que se deve, principalmente, ao aumento no número de processos solucionados em relação ao ano de 2014. Em 2015, foram solucionados mais processos do que os distribuídos no mesmo período (113,24%), apresentando



a unidade desempenho superior à média das demais unidades do TRT da 4ª Região. Convém destacar que, em 31.12.2015, a Unidade não tinha processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido, tampouco tinha processos aguardando prolação de sentença, o que é elogiável.

O prazo médio das audiências de prosseguimento foi diminuído consideravelmente em relação ao período anterior, tendo passado a 14,64 dias no rito sumaríssimo e a 48,16 dias no rito ordinário durante o ano de 2015, pelo que merece parabéns a magistrada e sua equipe.

Registra-se não ter havido expedientes na Ouvidoria em relação à unidade.

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, a divisão do trabalho entre os servidores - nos processos físicos - é feita por tarefa. Nos processos eletrônicos, à exceção da análise do protocolo, que é dividida entre três servidores, o trabalho também é dividido por tarefa.

A Unidade conta, atualmente, com 8 servidores. Não tem estagiário. O Diretor de Secretaria solicita mais um servidor a fim de completar o quadro e também requer um estagiário. Segundo ele, o ideal seriam mais dois servidores.

Solicitou o Diretor, também, que seja realizado pelo TRT convênio com a Caixa Econômica Federal para consulta dos depósitos judiciais. Relatou, ainda, a dificuldade no uso do PJe, pois o sistema “trava” muito. Ainda, questionou sobre o lançamento da conta de liquidação no PJe, pois precisa ser lançada no Infor e digitalizada para integrar o processo eletrônico, o que torna o trabalho extremamente moroso.

Pelos dados levantados junto à Secretaria de Recursos Humanos deste Tribunal, verifica-se que a maior parte dos servidores está lotada na unidade há bastante tempo, motivo pelo qual há pouca rotatividade de pessoal. Na inspeção realizada, verificou-se que as instalações são boas e o espaço é organizado. Percebe-se o empenho da equipe e o envolvimento de todos para o bom andamento do trabalho, apesar da falta de um servidor no quadro. Parabeniza-se a Unidade pelo resultado que vem alcançando.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)



Determina-se que a Unidade Judiciária lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à solução dos embargos de declaração nos processos nº 0137600-54.2005.5.04.0292 e nº 0001000-26.2005.5.04.0292.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITENS 7.12.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.12.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) objetivando a correta identificação da Vara do Trabalho inspecionada, proceda à reatuação da capa autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, conforme a previsão do art. 75 da CPCR;
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- c) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;
- f) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: 0000223-26.2014.5.04.0292, 0000699-35.2012.5.04.0292, 0045700-87.2005.5.04.0292 e 0001001-30.2013.5.04.0292.
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)



A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **178 processos** parados, ainda que desta totalidade existam processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). **Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais nos processos listados no item 8.2 e em todos que estejam em situação similar.**

ITEM 8.3 (Exame dos Pressupostos Recursais)

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. O Vice-Corregedor, na ocasião, concedeu entrevista ao vivo para a Rádio ABC de Novo Hamburgo bem como para o repórter Anderson Loureiro do Jornal Destaque de Sapucaia do Sul.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Neusa Líbera Lodi, pelo Diretor de Secretaria José Antonio Mazzillo Junior e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional